



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 6/2020/SPRF-RS

A SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará a Audiência Pública nº 02/2020, regida pelas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em conformidade com o que consta do Processo nº 08660.011622/2020-53, no período de **15/07/2020** a **14/08/2020**, com os seguintes objetivos e formas de participação:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Audiência Pública visa consultar os eventuais interessados na licitação a ser deflagrada pela Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul para a Contratação de serviços de acesso à Internet para as unidades desta regional.

1.2. Em atenção à Portaria Nº 97/2020/DG, de 24 de março de 2020 que institui a estrutura de governança da crise, estabelece o Plano de Contingência, define as diretrizes para gerenciamento dos eventos e estabelece medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 26 da referida portaria, abaixo citada, será adotado formato de videoconferência para a presente Audiência Pública:

"... Art. 26. Ficam suspensas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus:

I - a realização e a participação de servidores em eventos e reuniões com elevado número de participantes;

II - a participação de servidores em treinamentos presenciais, congressos e eventos, a serviço; e

III - a realização de viagens nacionais e internacionais.

§ 1º Caso imprescindível a realização de eventos ou reuniões, deve ser priorizada a utilização de formato de videoconferência ou de outros meios eletrônicos. (grifo nosso)

§ 2º Excetuam-se do previsto no inciso III, do caput as viagens nacionais a serviço estritamente necessárias e as decorrentes do regresso ao estado de residência do ocupante do cargo ..."

2. DOS OBJETIVOS

2.1. Com a realização da Audiência Pública pretende-se:

I - Dar publicidade prévia quanto ao objeto a ser contratado, buscando a excelência na especificação do objeto e da metodologia de contratação, para um melhor resultado no certame licitatório;

II - Esclarecer eventuais questionamentos quanto aos critérios, especificações, características, funcionalidades, metodologias, a serem exigidas na contratação da Polícia Rodoviária Federal;

III - Dar maior publicidade aos critérios técnicos e requisitos do material a ser adquirido;

IV - Ampliar a competitividade no futuro certame licitatório, sem que se prejudique o resultado pretendido pela aquisição;

V - Identificar, no mercado os fornecedores do objeto que atendam aos requisitos estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos.

3. DA RETIRADA DO EDITAL DE AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA E ANEXOS

3.1. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados, gratuitamente, no sítio <https://portal.prf.gov.br/aceso-a-informacao/audiencias-publicas/audienciasPublicas>

4. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que possua interesse em apresentar contribuições que venham a subsidiar a Administração na formatação da futura contratação poderão apresentá-las na forma definida neste Edital de Audiência Pública e no modelo de Formulário de Participação, disponível no **Anexo I-A** do Projeto Básico.

4.2. Entende-se por contribuição a apresentação do Formulário de Participação com a indicação do documento e subitem analisado, comentários, contribuições, críticas, pedidos de esclarecimento e sugestões à Polícia Rodoviária Federal, que subsidiem o atendimento dos objetivos descritos no Item 2 deste Edital.

4.3. As contribuições poderão ser dirigidas à Polícia Rodoviária Federal, das 09 horas de 15 de julho de 2020 até as 17 horas do dia 14 de agosto de 2020, pelos seguintes meios:

a) E-mail: cpl.rs@prf.gov.br;

b) Via postal ou protocolo: Sede da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul - Núcleo de Gestão Administrativa e Contratações Públicas, Avenida dos Estados. 1.545 - Bairro Navegantes - CEP 90.200-001 - Porto Alegre - RS.

4.4. Audiência virtual:

4.4.1. No dia **29 de julho de 2020**, no turno matutino, a partir das **09h00**, será realizada audiência pública virtual através do link de acesso abaixo:

meet.google.com/rxm-evne-swe

4.4.2. A sessão virtual compreenderá 3 (três) etapas, conforme elencado a seguir:

I - Fase de Credenciamento, quando serão credenciados, por ordem de acesso, as Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, por meio de seus representantes formalmente designados, interessados em participar da fase de debates. Haja visto o ambiente ser virtual, ao acessarem o link os participantes devem fazer uma postagem ÚNICA no chat da audiência, contendo as seguintes informações de credenciamento:

- Nome completo;
- CPF;
- Cargo;
- Empresa/Entidade;
- Endereço completo;
- Telefones;
- Whatsapp;
- e-mail.

II - Fase de Debates, na qual será oportunizada manifestação àqueles que estejam credenciados. Esta fase se dividirá em dois momentos:

- um período de até 20 minutos, para que se manifestem quanto ao objeto da Audiência Pública. Os credenciados poderão fazer uso de meios auxiliares de ilustração para apresentação de suas manifestações, caso julguem necessário;
- após todos os credenciados terem se manifestado ou abdicado de manifestação, abre-se outro momento de manifestação, onde, mediante prévia solicitação da

palavra via chat, será demandado pelo mediador o participante que terá a palavra.

III - Fase de Formalização das Contribuições, quando serão recolhidas as considerações dos Credenciados, por escrito, para que sejam formalmente analisadas pela PRF, com as demais contribuições apresentadas por e-mail e correspondência, até o prazo final definido neste Edital.

4.4.3. Durante a fase de debates, serão adotadas as seguintes diretrizes:

1. a PRF, por meio de seus representantes apresentará mediador para conduzir o debate;
2. o mediador demandará nominalmente, com base na ordem dos credenciamentos realizados conforme 4.4.2.I, o participante que poderá abrir o áudio de seu microfone e iniciar sua manifestação inicial;
3. a PRF poderá se manifestar verbalmente, caso julgue pertinente, visando enriquecer o tema em pauta;
4. somente o participante demandado poderá ficar com o microfone aberto e os demais deverão anotar seus questionamentos sobre a explanação para o segundo momento descrito em 4.4.2.II.

4.4.4. Todas as contribuições e questionamentos deverão referir-se ao objeto da audiência pública, sendo desconsideradas as relativas a outros assuntos.

4.4.5. A PRF reservar-se-á o direito de não discutir, durante a audiência virtual, as contribuições recebidas.

4.4.6. O resultado da análise das contribuições será publicado no site da PRF, após avaliação da área demandante e antes da abertura do eventual certame licitatório.

4.4.7. Se ao final do prazo para o encerramento da audiência presencial ainda houver algum interessado em se manifestar, o mesmo poderá enviar a sua contribuição por escrito, na forma do subitem 4.3 deste Edital. De semelhante modo, aquelas contribuições que sejam muito extensas para serem documentadas e enviadas por escrito durante o período de realização da audiência pública, poderão ser enviadas posteriormente, até o prazo final descrito no presente Edital.

4.5. Comporão a mesa virtual o mediador designado pela PRF, na qualidade de Presidente, uma secretária e os membros da equipe de Planejamento da Contratação, designados pela **Portaria SRF-RS nº 179 de 29 de junho de 2020**.

4.5.1. Ao Presidente competirá:

- I - Dirimir as questões de ordem;
- II - Decidir conclusivamente sobre os procedimentos adotados na audiência;
- III - Conceder e cassar a palavra quando o expositor extrapolar o tempo estabelecido, bem como nos casos em que o tema abordado se afastar da matéria em pauta; e
- IV - Determinar a desconexão de pessoas que perturbarem a audiência, coibir as condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou desvirtuar o objetivo da Audiência.

4.5.2. Aos demais membros competirá:

- I - Registrar a Ata da Audiência Pública; e
- II - Documentar o credenciamento dos participantes inscritos na Audiência Pública.

4.6. A equipe da área demandante dará suporte à Sessão de Audiência Pública, no que tange às questões técnicas relativas às especificações do objeto.

5. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

5.1. Os requisitos técnicos são os disponibilizados no Projeto Básico e seus anexos.

5.2. A PRF entende que os quesitos técnicos divulgados são suficientes para que os interessados realizem a análise crítica do objeto.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. A sessão de Audiência Pública será registrada em ata.
- 6.2. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como meios de comunicação, respeitados os limites impostos pela capacidade da aplicação utilizada para a sessão virtual (100 conexões simultâneas) e das eventuais limitações de banda na videoconferência.
- 6.3. A Audiência Pública não confere o direito aos seus participantes de qualquer tipo de indenização ou contratação do objeto pelo PRF.
- 6.4. Concluídas as manifestações dos participantes credenciados, o Presidente dará por finalizada a Audiência Pública, fazendo a leitura da ata, que será assinada por todos os participantes.

7. DOS ANEXOS DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- 7.1. **Anexo I** do Edital - Projeto Básico;
- 7.1.1. **Anexo I-A** - Modelo de Formulário de Manifestação e Sugestão na Audiência Pública;
- 7.1.2. **Anexo I-B** - Minuta de Objeto da Contratação;
- 7.1.2.1. **Anexo I-B-01** - Modelo de Declaração de Vistoria;
- 7.1.2.2. **Anexo I-B-02** – Modelo de Planilha de Formação de Preços;
- 7.1.2.3. **Anexo I-B-03** – Localidades de Instalação dos Serviços;
- 7.1.2.4. **Anexo I-B-04** - Quantitativo dos Itens por Unidade.

Porto Alegre/RS, 07 de julho de 2020.

LEANDRO WACHHOLZ
Superintendente Substituto



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO WACHHOLZ, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul substituto(a)**, em 07/07/2020, às 14:20, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26572720** e o código CRC **9AD37B76**.

0.1.

Avenida dos Estados, 1545 - Bairro Anchieta, Porto Alegre / RS, CEP 90200-001
Telefone: (51) 3375-9700 - E-mail: sprf.rs@prf.gov.br



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26572720



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto orientar a realização de Audiência Pública, visando consultar os eventuais interessados na licitação a ser deflagrada pela Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul para a Contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços de internet para as unidades da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul, com fulcro no art. 39 da Lei nº 8.666/93.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. A gestão dos recursos públicos tem como base os modernos princípios de administração, pautando a aplicação de seus esforços na busca de melhores resultados com menores dispêndios, passando-se da gestão de recursos para a gestão de resultados.

3. JUSTIFICATIVAS

3.1. A presente contratação visa suprir a Polícia Rodoviária Federal com o aparato necessário para o efetivo cumprimento da sua missão de garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União. O fortalecimento da área de TI resulta, invariavelmente, em um melhor desempenho dos agentes que atuam diretamente na área fim. Desta forma, a presente aquisição busca o alinhamento estratégico entre a área de Tecnologia de Informação e a área de negócio da PRF.

3.2. Em virtude da Polícia Rodoviária Federal não dispor de quadros técnicos especializados para execução de inúmeros serviços atinentes a sua atividade meio, precisa recorrer à execução indireta, mediante a celebração de contratos através de certames licitatórios. Entre estes serviços, ressaltamos a importância dos serviços de conectividade com a internet, os quais são imprescindíveis para a disponibilidade eficaz dos sistemas de informação da PRF.

3.3. A Polícia Rodoviária Federal – PRF detém a missão constitucional do patrulhamento ostensivo das rodovias federais em todo país, garantindo a livre circulação, preservando a vida e combatendo os ilícitos (art. 144 CF).

3.4. A PRF atua em todo território nacional com unidades operacionais fixas (Postos Policiais) e móveis (Viaturas) que se comunicam localmente entre si por meio de um sistema de radiocomunicação próprio, agregado aos recursos disponíveis de telefonia pública para comunicação entre essas unidades e unidades administrativas (Delegacias e Superintendências).

3.5. As unidades móveis se valem das unidades fixas para muitos acessos que requerem conectividade à internet, tendo como premissas a qualidade, a velocidade e a disponibilidade da conectividade contratada.

3.6. Considerando que a PRF não possui infraestrutura de conectividade própria instalada, busca-se contratar a melhor solução de acesso à internet em todas as suas unidades atendendo essas premissas.

4. OBJETIVOS

4.1. Com a realização da Audiência Pública, ora sugerida, pretende-se:

- I - Esclarecer eventuais questionamentos quanto aos critérios, especificações, características, funcionalidades, metodologias, a serem exigidas nas contratações da Polícia Rodoviária Federal;
- II - Validar ou adequar a metodologia de contratação;

III - Dar maior publicidade aos critérios técnicos e requisitos dos serviços a serem adquiridos;

IV - Ampliar a competitividade no futuro certame licitatório, sem que se prejudique o resultado pretendido pela aquisição;

V - Identificar, no mercado os fornecedores dos serviços que atendam, por localidade, aos requisitos estabelecidos no **ANEXO I-B** - Minuta de Objeto da Contratação deste documento e seus Anexos;

VI - Buscar as formas possíveis de contratar conectividade, desde opções onde se contrata puramente os serviços de internet, até soluções onde se possa construir a infraestrutura e centralizar o acesso internet em link único redundante a partir da Sede Regional.

5. DA METODOLOGIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

5.1. A dinâmica da audiência pública será informada no Edital de Audiência Pública, que estabelecerá data e forma para apresentação das contribuições por parte dos eventuais interessados.

5.2. A Audiência Pública balizar-se-á na apresentação, aos eventuais interessados, das especificações e características, e dos critérios, funcionalidades e metodologias pré-definidas pela Polícia Rodoviária Federal para a contratação do pretense objeto, que constam do **ANEXO I-B** - Minuta de Objeto da Contratação deste documento e seus Anexos.

5.3. Após análise do Termo de Referência, os eventuais interessados poderão apresentar críticas, pedidos de esclarecimento e sugestões à Polícia Rodoviária Federal, denominadas neste Projeto Básico de “Contribuições”, utilizando-se do modelo de Formulário de Participação, constante no **ANEXO I-A** - Modelo de Formulário de Manifestação e Sugestão na Audiência Pública deste documento.

6. ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

6.1. O presente Projeto Básico é composto pelos seguintes anexos:

- 6.1.1. **Anexo I-A** - Modelo de Formulário de Manifestação e Sugestão na Audiência Pública;
- 6.1.2. **Anexo I-B** - Minuta de Objeto da Contratação;
- 6.1.3. Anexo I-B-01 - Modelo de Declaração de Vistoria;
- 6.1.4. Anexo I-B-02 – Modelo de Planilha de Formação de Preços;
- 6.1.5. Anexo I-B-03 – Localidades de Instalação dos Serviços;
- 6.1.6. Anexo I-B-04 - Quantitativo dos Itens por Unidade.

Porto Alegre, 02 de julho de 2020.

THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação

GIOVANI AUGUSTO TAGLIAPIETRA
Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

HULDREICH KRETER
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

Aprovo o presente Projeto Básico:

LUIS CARLOS REISCHAK JUNIOR
Superintendente Regional
Rio Grande do Sul



Documento assinado eletronicamente por **HULDREICH KRETER, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 02/07/2020, às 08:56, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 02/07/2020, às 08:57, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GIOVANI AUGUSTO TAGLIAPIETRA, Chefe do Núcleo de Gestão Administrativa e Contratações Públicas**, em 10/07/2020, às 09:53, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26444996** e o código CRC **4F8DEE39**.

Avenida dos Estados, 1545 - Bairro Anchieta, Porto Alegre / RS, CEP 90200-001 Telefone: - E-mail:



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26444996



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

**ANEXO I-A - MODELO DE FORMULÁRIO DE MANIFESTAÇÃO E SUGESTÃO EM
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

FORMULÁRIO DE MANIFESTAÇÃO E SUGESTÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA			
Audiência Pública - Edital nº xxx/PRF/2020, de xx de mmmm de 2020, em atenção ao disposto no art. 39 da Lei 8.666/93.			
DATA:	dd/mm/2020	HORÁRIO:	das hh h às hh h
IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		CIDADE/UF:	
CEP:		TELEFONES:	
E-MAIL:			
IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS			
NOME:			
CARGO:		CPF:	
NOME:			
CARGO:		CPF:	
CONTRIBUIÇÕES/ESCLARECIMENTOS			

Observação: as contribuições que não forem entregues no local de realização da audiência deverão ser enviadas por e-mail ou protocolo físico, conforme definido no Edital de Audiência Pública nº xxx/PRF/aaaa, de xx de mmmm de aaaa.



Documento assinado eletronicamente por **HULDREICH KRETER, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 30/06/2020, às 17:30, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/07/2020, às 06:54, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26443000** e o código CRC **20149510**.



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26443000



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I-B - MINUTA DE OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de acessos à Internet para as unidades da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio Grande do Sul.

1.1.1. Acesso à Internet com gerenciamento pró-ativo, QoS (Quality of Services), pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável por igual período, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços - ARP de órgãos não participantes, conforme previsto no art. 22 do [Decreto nº 7.892](#) de 23/01/2013, Redação alterada pelo [Decreto nº 9.488](#) de 2018.

"Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador."

1.3. A possibilidade de adesão à ARP é pertinente, no caso concreto, pois o objeto é amplamente contratado por todos os poderes das distintas Esferas de Governo e possui padronização, visto se tratar de serviço regulamentado pela ANATEL, condições essas que ampliarão o interesse das possíveis licitantes em participar do certame, viabilizando maior ganho de escala e desburocratização das contratações decorrentes, nos termos do Acórdão TCU nº 757/2015.

1.4. Com a distribuição conforme descrito na **TABELA 01** e no contido nos **Anexo I-B-03** - Locais de Instalação e **Anexo I-B-04** - Quantitativo de Itens por Localidade.

(tabela será inserida aqui)

TABELA 01 - Objeto da Contratação

1.5. A construção da **TABELA 01** derivará dos Estudos Técnicos Preliminares que, por sua vez, se valerá das contribuições oriundas da Audiência Pública. Lembre-se que o objeto se resume no provimento de acesso à internet à todas as unidades da PRF, bem como da comunicação das unidades entre si em rede segura. A forma como isso será viabilizado será concluída dos Estudos Técnicos Preliminares a partir de cenários que atendam as necessidades da PRF, sendo ponderadas premissas tais como: segurança, velocidade (upload e download), custos fixos, custos continuados, entre outros.

1.6. Alguns cenários já estão vislumbrados e outros, em sendo concebidos com as contribuições na audiência pública, serão incorporados ao rol de cenários possíveis e serão objeto dos Estudos Técnicos Preliminares. Soluções híbridas entre cenários também não são descartadas. Até a emissão do presente documentos, os cenários que estavam relacionados eram:

CENÁRIO	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	ADSL por posto, por região ou estadual	Nesse cenário será necessário que se utilize acesso tunelado até a Sede Administrativa, sendo todo o tráfego realizado por dentro do túnel
02	MPLS por posto, por região ou estadual	Nesse cenário será provida interligação segura entre as unidades
03	Fibra ótica full	Nesse cenário todas as unidades da PRF serão concentradas fisicamente por fibra ótica com a Sede Administrativa e serão contratados links redundantes e robustos para a Sede Administrativa de forma a atender todo o estado
04	Fibra ótica setorial por posto, por região ou estadual	Nesse cenário todas as unidades acessam a internet e as demais unidades através de fibra ótica na última milha, com provimento extensão de fibra até as unidades onde não houver fibra na rodovia
05	Fibra consórcio	Nesse cenário se permite o consórcio entre fornecedores com fins a atender o estado todo através de <i>swaps</i> de fibra, nos moldes do cenário 03 em um único contrato
06	Links via rádio por posto, por região ou estadual	Nesse cenário, a última milha deve ser exclusiva

1.7. Será previsto que a cada renovação contratual, até o limite legal, haverá *upgrade* de velocidade como fator de compensação pela amortização de custos dos links de internet no fator tempo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A infraestrutura de redes de telecomunicações compreende recursos imprescindíveis para a disponibilização de serviços e informações em larga escala, para o público interno e externo da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Esta infraestrutura viabiliza o intercâmbio rápido de informações, a implantação de controles precisos e o monitoramento de atividades importantes da atividade policial e do trato administrativo. Atualmente há serviços contratados com base no Termo de Referência SEI nº 5592423.

2.2. Com a crescente demanda por serviços e aumento do volume de informações transacionadas, aliados aos inúmeros pontos de presença e capilaridade das unidades da PRF, impõe-se necessário o contínuo aperfeiçoamento e expansão quantitativa e qualitativa de nossa rede de comunicação de dados e acesso à Internet.

2.3. Atualmente, a PRF dispõe de Rede Corporativa que provê infraestrutura física e lógica com acesso a serviços como correio eletrônico, Internet, Intranet, aplicações web, transferência de arquivos, autenticação de usuários, integração de sistemas, gerência e segurança da informação, voz sobre IP, dentre outros normatizados e padronizados em todos os pontos remotos do órgão.

2.4. Os sistemas são essenciais para a atividade policial, sendo possível verificar mandados de prisão em aberto, consultar o Registro Nacional de Carteira de Habilitação (RENACH) e Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), efetuar a confecção de boletins de acidente de trânsito e autos de infração, resultando de forma direta e indireta numa melhor qualidade nos serviços prestados à sociedade.

2.5. As informações são processadas em tempo real e apresentam um volume de tráfego elevado por se tratarem de informações utilizadas nas atividades de fiscalização e no atendimento ao cidadão. Com isso, as especificações partem do princípio que a solução a ser contratada deverá ter alta disponibilidade, desempenho e segurança.

2.6. Relação Demanda x Necessidade

2.6.1. Atualmente, a PRF possui vários contratos de prestação de serviços de telecomunicações com topologias diversas, que se encontram na sua maior parte em final de vigência ou a vencer no curto prazo.

2.6.2. Houve um aumento considerável no número de sistemas de tecnologia da informação providos pela PRF ou por outros órgãos de segurança pública parceiros, o que acarretou necessariamente em aumento de demanda por banda de transmissão de dados. A rede de telefonia IP (Voice over Internet Protocol), implantada e em uso, a qual possibilita utilização de voz com custo de tarifação zero será contemplada com uma melhoria na qualidade do serviço.

2.6.3. O aumento da largura de banda da rede de transmissão de dados ocasionará uma maior produtividade do policial, visto que conseguirá realizar mais em menos tempo, evitando que o mesmo tenha que aguardar demoras habituais no tempo de resposta às solicitações com caráter urgente e até mesmo de emergência.

2.6.4. Saliente-se que a execução do presente projeto se encontra alinhada com os objetivos estratégicos, constantes no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da PRF para o biênio 2020-2022.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto do presente Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, que trata a lei 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser este objeto licitado por meio da modalidade Pregão.

Lei 10.520/2002:

"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

Decreto 3555/2000:

"Art. 3º Os contratos celebrados pela União, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

(...)

§ 2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado."

Decreto 5450/2005:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado

(...)

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente."

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A complexidade do serviço pretendido, ou o fato de ele ser crítico para a consecução das atividades dos entes da Administração, não descaracteriza a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado, conforme acórdão do TCU:

"Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão". (Acórdão nº 1.114/2006 – Plenário; Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário, item 9.2.4).

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. O julgamento das propostas será realizada pelo critério MENOR VALOR GLOBAL.

5. VALOR ESTIMADO E ORÇAMENTO

5.1. A estimativa de preço tem a única e específica finalidade de subsidiar os licitantes na confecção de sua proposta. As licitantes são as únicas responsáveis por valorar os produtos e serviços ofertados, pelas suas descrições e demais informações disponíveis, capazes de propiciar todas as condições necessárias e suficientes à formulação de sua proposta.

5.2. Em prévia verificação realizada pela equipe de planejamento da contratação identificou-se um valor estimado total de **R\$ xxx (xxxxxx)**, conforme a **TABELA 02**:

5.3.

(tabela será inserida aqui)

TABELA 2 - Pesquisa Preliminar de Preços

5.4. O valor máximo admissível na licitação será estabelecido pela SAD-RS, após pesquisa de mercado, e será informado em anexo próprio do Edital;

5.5. A indicação da disponibilidade orçamentária para a contratação será dada pela área financeira competente, após a pesquisa de mercado e solicitação da SAD/RS, sendo associada a quota de custeio de TIC do SETIC/RS.

6. VISTORIA

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, a seu critério, realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, em todo ou em parte, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário a combinar, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(51) 3375-9710** ou assumir a responsabilidade de que aceitará as condições deste Termo de Referência mesmo sem realizar vistoria em quaisquer dos sítios da PRF, utilizando, em ambos os casos, um dos modelos constantes no **Anexo I-B-01A**.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante formalmente designado, deverá estar devidamente identificado.

7. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SERVIÇO

7.1. Execução dos Serviços

7.1.1. A CONTRATADA que vencer os links destinados à Sede Administrativa, caso sejam a mesma empresa, deverá garantir que os links utilizem-se de conexões distintas entre o ponto de presença da CONTRATADA e o ponto de conexão da CONTRATANTE visando uma redundância dos links no caso de falha de um deles.

7.1.2. Ambos os links da Sede Administrativa devem funcionar de forma independente, 100% do tempo, independentemente de haver ou não tráfego, ficando a cargo da CONTRATANTE a destinação de quais tráfegos serão destinados a cada link.

7.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer, dimensionar, disponibilizar, instalar, configurar, monitorar, operar, gerenciar e manter os equipamentos/recursos que forem necessários (roteadores, modems, estações de gerenciamento, meios de transmissão, cabeamento WAN, acessórios necessários, equipamentos de proteção elétrica, dentre outros) para o provimento dos serviços conforme solicitados neste Termo de Referência. Os equipamentos serão de propriedade da CONTRATADA, que deverá ser responsável pelo suporte técnico dos mesmos, cumprindo com os tempos de atendimento estabelecidos.

7.1.4. Todos os materiais necessários para a instalação dos equipamentos como cabos, fibras ópticas, conectores, abraçadeiras, suportes, parafusos de fixação, adaptadores, anilhas de identificação e equipamentos serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão utilizar materiais de boa qualidade e que melhor se adaptem às condições a que estarão sujeitos, de acordo com as práticas de engenharia e Normas Técnicas em vigor no Brasil.

- 7.1.5. Os links de acesso e equipamentos deverão ser instalados nos racks e datacenters da contratante percorrendo o caminho desde a entrada nos prédios até o rack de equipamentos, utilizando-se dos caminhos de cabeamento estruturado instalados nas localidades ou aqueles informados pela CONTRATANTE.
- 7.1.6. A critério da CONTRATANTE, caminhos diversos dos previstos no cabeamento estruturado das localidades poderão ser utilizados para a passagem dos cabos de comunicação e de eletricidade necessários à prestação do serviço.
- 7.1.7. Todos os circuitos deverão suportar os protocolos RTP (RFC 3550 para videoconferência) e SIP (RFC 3261) e H.323 para aplicação de VoIP (voz sobre IP).
- 7.1.8. A disponibilidade de conexão deve ser de 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), **com garantia de 100% da banda nominal contratada.**
- 7.1.9. À exceção da Sede Administrativa, onde o link deverá ter taxas Simétricas de Upload/Download com banda 100% garantida, as demais unidades poderão ter taxas assimétricas com garantia de banda 100% para download e pelo menos 20% para upload. Cenário alternativo poderá exigir simetria em todos os pontos.
- 7.1.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar, em cada unidade da Contratante, pelo menos quatro portas Ethernet padrão IEEE 802.3/802.3u - 10/100 ou 10/100/1000 Base-T Full Duplex com conector RJ-45, conforme a necessidade.
- 7.1.11. Deverá ser fornecido roteador WiFi com bom ganho de cobertura que supra a área total das unidades em um único equipamento.
- 7.1.12. Dependendo do cenário escolhido não serão aceitas soluções baseadas em acessos compartilhados como, por exemplo, Cable Modem e acessos xDSL (Digital Subscriber Line).
- 7.1.13. Os circuitos de acesso IP dedicados devem prover o Serviço de Conexão à Internet (SCI), serviço de valor adicionado conforme no art. 61 da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, independente dos meios e tecnologias utilizados, e deverão estar associados a um serviço de telecomunicações devidamente regulamentado pela ANATEL.
- 7.1.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar um bloco de endereços IP contíguos e válidos para a Internet correspondente a um bloco CIDR/30 para cada link contratado. Tais endereços deverão ser disponibilizados exclusivamente para a CONTRATANTE, independentemente de utilização.
- 7.1.15. A CONTRATADA ou fornecedor parceiro deverá ter saída para a Internet brasileira na qualidade de AS (Autonomous Systems) e estar conectada a algum PTT (Ponto de Troca de Tráfego).
- 7.1.16. A CONTRATADA deve possuir central de monitoração do seu próprio backbone, em regime com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, com o objetivo de impedir ou limitar as chances de que ataques do tipo DOS (Denial of Service) e DDOS (Distributed Denial of Service) atinjam o serviço de conexão à Internet objeto desta contratação. No caso de eventual ocorrência de ataque tipo DOS e/ou DDOS, os filtros solicitados pela CONTRATANTE devem ser aplicados imediatamente.
- 7.1.17. Os roteadores CPE/modems/conversores a serem disponibilizados pela CONTRATADA deverão suportar as especificações dos circuitos de acesso à Internet contratados, com interface de integração à LAN através de porta Fast Ethernet ou padrão Ethernet superior.
- 7.1.18. Todos os circuitos de acesso à Internet devem suportar VPN, incluindo dispositivos de VPN externos.
- 7.1.19. Os circuitos de acesso à Internet deverão ser providos exclusivamente por meios terrestres, sendo admitido o uso de enlaces por radiotransmissão entre sites terrestres, devendo operar com taxas de transmissão idênticas para upload e download. Não poderá haver quaisquer restrições com relação a quantidade de equipamentos, usados pela CONTRATANTE, nem limitação à quantidade de dados trafegados ou ao seu tipo ou seu conteúdo.
- 7.1.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a sistema de monitoramento da rede que propicie à CONTRATANTE a verificação instantânea da utilização de seus links, através de gráficos e indicadores numéricos, e também deve permitir a emissão de relatórios, por períodos. O sistema deverá ser acessível através da Internet. O sistema deverá fornecer no mínimo as seguintes informações: banda utilizada, circuitos ativos e inativos, disponibilidade dos circuitos, latência mínima, média e máxima. O tempo máximo entre as atualizações deve ser de 10 minutos. Tal sistema de monitoramento pode ser substituído por informações provenientes do próprio equipamento, via SNMP, desde que forneça as informações de banda utilizada, circuitos ativos e inativos, disponibilidade dos circuitos, latência mínima, média e máxima na periodicidade de 10 minutos e que a CONTRATANTE aceite formalmente.
- 7.1.21. Caso a CONTRATADA opte pelo fornecimento de informações a partir do equipamento, após aceite formal da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer todas as Management Information Base - MIBs de configuração para inclusão em sistema compatível com o Zabbix.
- 7.1.22. Independentemente do tipos de fornecimento de informações escolhido e aceite pela CONTRATADA e CONTRATANTE, respectivamente, a contratada deverá permitir acesso às informações dos equipamentos via SNMP (Simple Network Management Protocol) para a SPRF/RS com função mínima de leitura.
- 7.1.23. As senhas de acesso aos equipamentos fornecidos, com privilégios de leitura poderão ser solicitadas, pela SPRF/RS em qualquer momento à empresa de telecomunicações contratada.
- 7.1.24. Realizada a instalação, a empresa contratada deverá emitir relatório sobre a instalação dos equipamentos ao SETIC/RS ou disponibilizar na área de gerenciamento fornecida pela empresa contratada a licitante.

7.2. **Locais de Instalação**

- 7.2.1. Os circuitos dos pontos de acesso à Internet serão instalados nas localidades especificadas no **Anexo I-B-03** deste Termo de Referência, ou em outro local caso haja implantação de novos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal ou por solicitação formal da CONTRATANTE.
- 7.2.2. Durante a vigência do contrato de prestação dos serviços poderá, eventualmente, haver mudança de endereços dos locais de instalação, assim como adição de novos locais. Nesses casos, a CONTRATADA poderá cobrar um valor para atendimento da demanda, caso haja viabilidade para o novo local, sendo que o valor máximo admitido não poderá ser superior aos custos de instalação e mensalidade de um enlace equivalente (com mesma velocidade de conexão) já implantado e com prazo de implantação não superior a 90 dias, salvo em casos devidamente justificados em que a CONTRATANTE avaliará a necessidade de prorrogação por período a ser acordado entre as partes, após a solicitação formal, respeitando os valores e limites legais. Os acréscimos, que porventura venham a ocorrer, em razão de mudança de endereços já relacionados e da adição de novos endereços, decorrerão da celebração de termos aditivos, limitados à 25%, como estabelece o §1º, do Art. 65, da lei 8.666/93.
- 7.2.3. A CONTRATADA deverá informar à Polícia Rodoviária Federal sobre a impossibilidade de implantação de novos circuitos, não listados no Anexo C, em até 20 (vinte) dias após o recebimento da comunicação formal.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1. **Prazos de Instalação e Início da Prestação dos Serviços**

- 8.1.1. **O prazo máximo de instalação dos equipamentos necessários para acesso à Internet** e início da prestação dos serviços contratados, contados a partir da assinatura do contrato, será de até 30 dias.

8.1.1.1. A CONTRATADA poderá solicitar dilação do prazo previsto nesse item, desde que seja feito em até 10 dias antes do término do prazo estabelecido e mediante justificativa, decorrente dos seguintes motivos:

- alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

8.2. Execução dos Serviços e seu Recebimento

8.2.1. Ocorrerão dois tipos de aceitação: a aceitação provisória e a aceitação definitiva.

8.2.2. Critérios para aceitação provisória

8.2.2.1. A aceitação provisória se dará em até 15 dias corridos após a entrega dos serviços, com a observação, pela CONTRATANTE, de normalidade no provimento dos serviços para cada circuito.

8.2.2.2. Os testes de aceitação dos serviços de rede serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade/funcionais, os quais deverão atender aos requisitos mínimos especificados conforme mecanismos de cálculos, quando aplicáveis, descritos no Nível Mínimo de Serviço.

8.2.2.3. Aceito o serviço, será emitido um Termo de Recebimento Provisório (TRP) pela CONTRATANTE.

8.2.3. Critérios para aceitação definitiva

8.2.3.1. A aceitação definitiva se dará em até 15 dias corridos da aceitação provisória, após o término dos testes de conectividade, os quais utilizarão as ferramentas de medição próprias e/ou do SIMET (<https://beta.simet.nic.br/>), EAQ (Entidade Aferidora da Qualidade de Banda Larga - <https://www.brasilbandalarga.com.br/bbl/>), COPEL (Copel Telecom - <https://www.copeltelecom.com/site/speedtest/>), VIVO (<https://www.vivo.com.br/para-voce/por-que-vivo/qualidade/teste-de-velocidade>) ou equivalentes, da conferência das instalações físicas e especificações dos hardwares fornecidos, além das demais exigências constantes deste Termo de Referência, inclusive a gerência pró-ativa. Atendidos todos os critérios, será emitido um Termo de Recebimento Definitivo (TRD) pela CONTRATANTE em até 15 dias corridos após emissão de Termo de Recebimento Provisório.

8.2.3.2. Durante esse período deverão ser retiradas todas as pendências de qualquer natureza que porventura existirem.

8.2.3.3. Na hipótese da CONTRATADA não sanar as pendências relacionadas ao fornecimento ou não conseguir cumprir as exigências associadas ao período serão iniciados os procedimentos para ajustes no pagamento, conforme ANS, e, se for caso, aplicação de penalidades.

8.2.3.4. O TRD não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento de todas as funcionalidades e vantagens oferecidas, estendendo-se a necessidade de teste destas funcionalidades ao longo da prestação do serviço.

8.2.3.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.3. Pagamento

8.3.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento definitivo, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

8.3.2. Para a realização do pagamento, será verificada, através da ferramenta de gestão fornecida pela Contratada ou meio equivalente conforme item 7.1.18, relatórios de disponibilidade e ferramentas de gestão de rede próprias da PRF se a disponibilidade do circuito, banda contratada e demais indicadores, conforme descritos no Acordo de Nível de Serviço, item 8.2 deste Termo de Referência, estão sendo atendidos.

8.3.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada

8.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF, CADIN e TST para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.3.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

8.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
--------------------	-------------------	------------------

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do Decreto nº 9507, de 2018.

9.1.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.1.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.1.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados Anexo VII (Da fiscalização técnica e administrativa) da [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017](#), quando for o caso.

9.1.5. A Comissão de Fiscalização será indicada pela área demandante, por meio de portaria específica.

9.1.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.7. Toda e qualquer intervenção ocorrerá somente após a autorização da Comissão de Fiscalização.

9.1.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão de Fiscalização deverão ser encaminhadas à Gestão do Contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

9.1.9. A execução dos serviços será autorizada estrita e unicamente pela Comissão de Fiscalização do contrato, mediante orçamento aprovado, quando for o caso.

9.1.10. A conformidade dos insumos a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.1.11. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.13. O prestador de serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.1.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VII (Da fiscalização técnica e administrativa) da [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017](#), aplicável no que for pertinente à contratação.

9.1.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.16. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

9.1.16.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que não estiver com o uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

9.1.16.2. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

9.1.16.3. Solicitar à contratada a substituição de qualquer consumível ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.

9.2. NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO

9.2.1. O Nível Mínimo de Serviço (NMS) é um contrato ou acordo que formaliza uma relação entre um provedor de serviço e um cliente, determinando qualidade, condições e garantias sob certos termos e tem como objetivo garantir que os serviços contratados sejam prestados com um grau mínimo de qualidade.

9.2.2. A CONTRATADA obriga-se a atender os parâmetros mínimos aceitáveis definidos e descritos a seguir.

9.2.3. Latência e Perda de Pacotes

9.2.3.1. O tempo máximo de retardo na comunicação entre um ponto de Internet para os domínios google.com e simet.nic.br será de 80 milissegundos.

9.2.3.2. A perda de pacotes máxima admitida será de 2% para qualquer tipo de circuito, independente do meio de acesso.

9.2.4. Disponibilidade da Rede

9.2.4.1. A disponibilidade do serviço indica o percentual de tempo, durante o período de 1 mês de operação, em que um ponto de acesso integrante do serviço permanecer em condições normais de funcionamento.

9.2.4.2. Deve ser assegurada disponibilidade operacional mensal mínima de 99,4% para cada ponto de acesso, sendo a disponibilidade definida como a relação entre o tempo em que o sistema apresenta as características técnicas e operacionais especificadas e o tempo total considerado. No cálculo da disponibilidade serão consideradas todas as interrupções do serviço, exceto as programadas pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA.

9.2.4.3. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada na gerência/supervisão da CONTRATADA até o restabelecimento do circuito às condições normais de operação e a respectiva informação à CONTRATANTE ou quando apresentar taxa de erros de bits (BER) superior a 10⁻⁶.

9.2.4.4. A CONTRATADA deverá prover gerência pró-ativa a partir dos roteadores/modems instalados na CONTRATANTE, a qual consiste em monitorar a porta do roteador/modem na extremidade da CONTRATANTE, efetuando a verificação automática de disponibilidade do circuito, no máximo, a cada 5 minutos. Caso o roteador/modem da CONTRATANTE não responda após duas tentativas, a CONTRATANTE deverá ser avisada imediatamente e os devidos procedimentos de correção deverão ser iniciados em até 30 minutos. A solução de gerência de rede única deve contemplar as áreas funcionais de gerência de falhas, desempenho (monitoração de desempenho, gerência de tráfego e administração de tráfego), configuração, segurança e de nível de serviço.

9.2.4.5. A CONTRATADA deverá atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo os níveis de serviço estabelecidos, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos (trouble tickets) relacionados com indisponibilidade, operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano (24 x 7 x 365).

9.2.4.6. O serviço de gerência pró-ativa deverá ser ativado em até 15 dias corridos após a instalação do circuito.

9.2.4.7. A licitante vencedora deverá informar à CONTRATANTE a identificação de cada circuito e de cada roteador (designação do circuito), o tipo de interface física de acesso ao circuito, bem como o meio físico utilizado em cada enlace, em até 15 dias corridos após a instalação do circuito.

9.2.4.8. Caso haja interrupções não programadas nos serviços, a CONTRATADA fica sujeita a descontos na fatura mensal, aplicados no mês imediatamente subsequente ao mês no qual ocorreram os fatos que originaram os descontos, acrescidos de multa pecuniária.

9.2.5. Do tempo de reparo

9.2.5.1. Na ocorrência de inoperância dos circuitos, o prazo máximo para reparo/restabelecimento será de até 4 horas corridas.

9.2.5.2. Entende-se por reparo/restabelecimento do funcionamento, a série de procedimentos destinados a recolocar os serviços em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive, substituição de equipamentos, ajustes ou reparos nos equipamentos da CONTRATADA.

9.2.6. A aferição das metas estipuladas no Acordo de Nível de Serviço deverão obedecer aos indicadores abaixo, sem que isso isente a CONTRATADA de cumprir todas as demais exigências deste Termo de Referência,

9.2.6.1. Indicador de Perda de Pacotes

INDICADOR	
1. PERDA DE PACOTES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o mínimo de perda de pacotes entre um circuito e outro
Meta a cumprir	Perda de Pacote Máxima: 2%
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede ou ferramentas apropriadas
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e/ou relatórios
Periodicidade	Sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, poderá ser solicitada a medição do percentual de perda de pacotes fim a fim, através de equipamento de teste especializado. A CONTRATADA deverá avaliar a medida do percentual de perda de pacotes por 5 minutos nos horários de maior tráfego. O intervalo entre medições será de no mínimo 48 horas.
Mecanismo de cálculo	$TPP = (NPo - NPD) / NPo$ Onde, TPP = Taxa de Perda de Pacotes NPo = N° de pacotes na origem NPD = N° de pacotes no destino
Início de vigência	Data do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)
Sanções	TPP > 2% = Glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito por evento de solicitação. Limitada a 10% do valor mensal do circuito. Superado esse limite, será aplicada a sanção estabelecida no item 8.3.2.4, deste TR, sem prejuízo à aplicação da multa moratória.
Observações	

9.2.6.2. Indicador de Disponibilidade da Rede

INDICADOR	
2. DISPONIBILIDADE MENSAL DA REDE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o pleno funcionamento de um circuito, em condições normais de operação
Meta a cumprir	99,4% de disponibilidade mínima
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede ou ferramentas apropriadas
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e/ou relatórios
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$IDM = [(To - Ti) / To] * 100$ Onde: IDM = índice de disponibilidade mensal do enlace em % To = período de operação (um mês) em minutos. Ti = somatório dos tempos de inoperância durante o período de operação (um mês) em minutos.
Início de vigência	Data do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)
Sanções	IDM < 99,4% = Glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito a cada 0,1% abaixo de 99,4% no valor do IDM. Limitada a 10% do valor mensal do circuito. Superado esse limite, será aplicada a sanção estabelecida no item 8.3.2.4, deste TR, sem prejuízo à aplicação da multa moratória.
Observações	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, relatórios com IDM apurado diariamente, totalizados e apresentados mensalmente por enlace

9.2.6.3. Indicador de Tempo de Reparo

INDICADOR	
3. TEMPO DE REPARO (TR)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir um intervalo de tempo máximo para reparo/restabelecimento de um circuito inoperante
Meta a cumprir	Até 4h corridas a partir da abertura do chamado para circuitos com velocidade igual ou superior a 10 Mbps
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede ou ferramentas apropriadas
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e/ou relatórios
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	TR (h) = Somatório do tempo excedido em cada evento no mês, sendo adotado como critério de arredondamento o valor inteiro do somatório total das horas, desconsiderando os minutos
Início de vigência	Data do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)
Sanções	TR > 0 = Glosa de 1% sobre o valor mensal do circuito a cada 1 hora. Limitada a 10% do valor mensal do circuito. Superado esse limite, será aplicada a sanção estabelecida no item 8.3.2.4, deste TR, sem prejuízo à aplicação da multa moratória.
Observações	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, relatórios com o TR, totalizados e apresentados mensalmente por enlace

9.2.6.4. Indicador de Latência

INDICADOR	
4. LATÊNCIA (LT)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir um tempo de retardo mínimo na comunicação entre um ponto da PRF e um ponto de Internet.
Meta a cumprir (valor médio durante a medição)	<80 milissegundos (ms) entre um ponto de Internet para os domínios google.com e simet.nic.br.
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede ou ferramentas apropriadas
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e/ou relatórios
Periodicidade	Sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, poderá ser solicitada a medição do retardo da comunicação. A CONTRATADA deverá avaliar a média da latência durante 5 minutos nos horários de maior tráfego. O intervalo entre medições será de no mínimo 48 horas
Mecanismo de cálculo	LT = média (em milissegundos) durante 5 minutos do tempo de resposta entre a comunicação
Início de vigência	Data do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)
Sanções	LT > 80ms Glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito por evento de solicitação. Limitada a 10% do valor mensal do circuito. Superado esse limite, será aplicada a sanção estabelecida no item 8.3.2.4, deste TR, sem prejuízo à aplicação da multa moratória.
Observações	

9.2.6.5. Indicador de Taxa de Erro

INDICADOR	
5. TAXA DE ERRO DE BIT (BER)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir uma taxa de erro de bit mínima que possibilite uma comunicação sem falhas. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada na gerência/supervisão da CONTRATADA até o restabelecimento do circuito às condições normais de operação e a respectiva informação à CONTRATANTE ou quando apresentar taxa de erros de bits (BER) superior a 10^{-6} .
Meta a cumprir	$BER < 10^{-6}$
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede ou ferramentas apropriadas
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e/ou relatórios
Periodicidade	Sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, poderá ser solicitada a medição da BER. A CONTRATADA deverá avaliar a BER durante 5 minutos nos horários de maior tráfego. O intervalo entre medições será de no mínimo 48 horas.
Mecanismo de cálculo	$BER = \frac{\text{razão}}{\text{total}}$ entre a quantidade de bits com erro sobre o total de bits enviados no período de tempo definido.
Início de vigência	Data do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)
Sanções	$BER > 10^{-6}$ = Glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito por evento de solicitação. Limitada a 10% do valor mensal do circuito. Superado esse limite, será aplicada a sanção estabelecida no item 8.3.2.4, deste TR, sem prejuízo à aplicação da multa moratória.
Observações	

9.2.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.2.8. A CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

9.3. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.3.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 9.3.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
- 9.3.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.
- 9.3.1.3. Fraudar na execução do contrato.
- 9.3.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.
- 9.3.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 9.3.1.6. Não manter a proposta.
- 9.3.1.7. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.

9.3.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ou deixar de atender quaisquer obrigações assumidas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 9.3.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- 9.3.2.2. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do circuito, considerando todo o período de vigência para aquele circuito em atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.
- 9.3.2.3. Atingido o prazo de 60 (sessenta) dias, o circuito poderá não ser mais recebido e será considerada inexecução parcial do objeto.
- 9.3.2.4. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) nos casos de inexecução parcial do objeto, aplicada sobre a parte inadimplida ou sobre o valor mensal total do contrato quando não for possível aferir valor.
- 9.3.2.5. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, considerando todo o período de vigência, no caso de inexecução total do objeto.
- 9.3.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 9.3.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

9.3.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- 9.3.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

9.3.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

9.3.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.3.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

9.3.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

10.1. É parte integrante do escopo de fornecimento toda a documentação técnica e de usuário, relativamente aos componentes integrantes da solução, de forma a assegurar a PRF absorção do conhecimento que possibilite o total domínio das técnicas e tecnologias disponíveis nos componentes da solução, incluindo as informações relativas aos manuais de instalação e às configurações.

11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. A proposta deverá possuir, de forma expressa, as especificações do objeto, podendo ser comprovada mediante sítio oficial na internet, laudo laboratorial ou outro mecanismo idôneo de comprovação, não sendo aceito apenas a declaração do licitante.

11.2. Serão aceitas somente as propostas que comprovarem o atendimento das especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

11.3. Não será admitida cobrança para desinstalações de *links*.

11.4. A proposta deverá ser apresentada na forma do **Anexo I-B-02**, contendo declaração da proponente de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte, tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.

12. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

12.1. Além dos documentos previstos no Edital e nas legislações que regem os procedimentos de contratação e o objeto do certame (Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02; Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 e demais normas específicas), serão exigidos os documentos deste item.

12.1.1. São documentos condicionantes à **Qualificação Técnica** da empresa:

12.1.1.1. Registro da licitante junto à ANATEL ou documentação referente a concessão, permissão ou autorização expedida pela ANATEL para exploração do serviço. Poderá ser apresentada a cópia do extrato de publicação no DOU do Contrato de Concessão ou Termo de Autorização.

12.1.1.2. Atestado de Capacidade Técnica que comprove a prestação de serviços de acesso à Internet corporativa dedicada, com velocidades mínimas de 10 Mbps.

12.1.1.3. É imprescindível a apresentação da Qualificação Técnica por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica que corresponda(m) a pelo menos 10% do quantitativo de circuitos constante(s) na proposta da licitante.

12.1.1.4. Atestado de Vistoria Técnica devidamente preenchido e assinado por responsável da empresa e por representante da PRF ou declaração expressa de que o licitante declinou do direito de realizar a vistoria e que conhece todas as condições para a execução do objeto contratado, não podendo alegar qualquer impedimento para a realização dos serviços.

12.1.2. Para fins de **qualificação econômico-financeira**, além dos quesitos previstos no Edital, a proponente convocada deverá apresentar Certidões Negativas de pedido de falências ou concordatas vigente, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando não cadastradas ou com prazo de validade vencido no SICAF, bem como a regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal-CADIN e demonstração de regularidade trabalhista, em atendimento ao art. 27, inc. IV da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 12.440/2011.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.3. Notificar a CONTRATADA por escrito ou por e-mail da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

13.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

13.5. Adotar as providências necessárias ao recebimento provisório e definitivo, observados os prazos estabelecidos.

13.6. Aferir o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço, bem como verificar a correspondente variação de remuneração, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

13.7. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

13.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificada neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078](#), de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

14.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

14.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

14.8. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

- 14.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 14.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 14.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária.
- 14.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da [Lei nº 8.666](#), de 1993.
- 14.16. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Polícia Rodoviária Federal.
- 14.17. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 14.18. Atender prontamente qualquer exigência do representante da Polícia Rodoviária Federal inerente ao objeto do contrato.
- 14.19. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento e instalação dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências contratuais;
- 14.20. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços ainda que no recinto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- 14.21. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários para promover a interconexão entre o rack onde ficarão os equipamentos da CONTRATADA com os equipamentos da CONTRATANTE.
- 14.22. Responsabilizar-se pela manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária como cabos, conectores, adaptadores, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados neste Termo de Referência.
- 14.23. Designar preposto responsável pelo atendimento à CONTRATANTE, devidamente capacitado com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto contratado.
- 14.24. Informar aos fiscais de contrato todas as mudanças de preposto designado.
- 14.25. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas a manutenções corretivas excepcionais com deslocamento de técnicos de outra localidade que se fizerem necessárias ao perfeito funcionamento dos sistemas.
- 14.26. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ficando o DPRF desde já autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos a CONTRATADA.
- 15. VIGÊNCIA, EMPENHO E CONTRATO**
- 15.1. Previamente à emissão do empenho, deverá ser procedida consulta ao SICAF, CADIN, CNDT E CEIS, para verificação da regularidade da empresa vencedora.
- 15.2. A emissão da nota de empenho constitui condição obrigatória à celebração do contrato.
- 15.3. A licitante vencedora do certame assinará contrato com vigência de 30 (trinta) meses a contar de sua publicação, podendo ter a sua duração prorrogada por igual período com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.
- 15.4. A CONTRATADA poderá reajustar o valor dos serviços prestados, na renovação contratual, limitados ao Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) disponibilizado pela ANATEL, acumulado no período, ou por outro índice que venha substituí-lo.
- 16. SUBCONTRATAÇÃO**
- 16.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.
- 16.2. A subcontratação limitar-se-á ao serviço de última milha, ou seja, caso a CONTRATADA não possua rede para entregar o serviço, esta poderá subcontratar a última milha de uma empresa que possua o meio físico.
- 16.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.
- 16.4. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;
- 16.5. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
- 16.5.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 16.5.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 16.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 16.7. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 18. IMPACTO AMBIENTAL**
- 18.1. Não há previsão de impacto ambiental, visto que o objeto da contratação é a prestação de serviços técnicos de natureza não poluente.
- 19. DOS ANEXOS**
- 19.1. São partes vinculadas e indissociáveis deste Termo de Referência os seguintes anexos:
- 19.1.1. Anexo I-B-01 – Modelo de Declaração de Vistoria.
- 19.1.2. Anexo I-B-02 - Planilha de Formação de Preços.

- 19.1.3. Anexo I-B-03 – Localidades de Instalação dos Serviços.
19.1.4. Anexo I-B-04 - Quantitativo dos Itens por Unidade.



Documento assinado eletronicamente por **HULDREICH KRETER, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 02/07/2020, às 09:03, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26444535** e o código CRC **71904E8C**.



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26444535



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I-B-01 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

MODELO 01 - Modelo para Declaração de Vistoria Realizada

O presente termo é lavrado para registrar que a empresa abaixo discriminada, na pessoa do abaixo relacionado, procedeu a vistoria de que trata o edital do Pregão nº ____/2020, Processo nº 08660.011622/2020-53, UASG **200119**.

PRF RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA VISTORIA	
VISTORIA EM UNIDADES OPERACIONAIS	CÓDIGO E NOME DA UNIDADE OPERACIONAL
	CÓDIGO E NOME DA UNIDADE OPERACIONAL
	CÓDIGO E NOME DA UNIDADE OPERACIONAL
	CÓDIGO E NOME DA UNIDADE OPERACIONAL
	CÓDIGO E NOME DA UNIDADE OPERACIONAL
Empresa	
Endereço	
Município/UF	CNPJ
Telefone(s)	
Nome do Representante	
Documento de Identidade	CPF
<p>Na forma estabelecida no Termo de Referência do processo nº 08660.011622/2020-53, declaramos que a empresa identificada e representada acima, devidamente acompanhada por representante designado pela PRF, procedeu a vistoria no local indicado, onde poderão ser prestados serviços de acesso à internet, tomando conhecimento de todas as peculiaridades necessárias para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes do Termo de Referência. Assim, assinam o presente os representantes da PRF e da empresa vistoriadora, atestando esta, assim, ter pleno conhecimento das condições médias existentes e das adequações comuns que deverão ser implementadas em cada local para que os serviços ali prestados sejam nos termos do Termo de Referência, bem como declara que a proposta técnica atenderá à demanda definida, conhecendo das condições de instalação.</p>	

REPRESENTANTE DA PRF	REPRESENTANTE DA EMPRESA	VALIDADOR DA PRF

MODELO 02 - Modelo para Declinação de Vistoria

O presente termo é lavrado para registrar que a empresa abaixo discriminada, na pessoa do representante legal abaixo qualificado, declinou do direito de realizar qualquer vistoria de que trata o edital do Pregão nº ____/2020, Processo nº 08660.011622/2020-53, UASG **200119**.

Empresa	
Endereço	
Município/UF	CNPJ
Telefone(s)	
Nome do Representante	
Documento de Identidade	CPF
Na forma estabelecida no Termo de Referência do processo nº 08660.011622/2020-53, declinamos do direito à vistoria, declarando ter conhecimento de todas as peculiaridades necessárias para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes do Termo de Referência para os locais onde poderão ser prestados serviços de acesso à internet, tomando. Assim, assinamos o presente, atestando termos pleno conhecimento das condições médias existentes e das adequações comuns que deverão ser implementadas em cada local para que os serviços ali prestados sejam nos termos do Termo de Referência, bem como declaramos que a proposta técnica atenderá à demanda definida, conhecendo das condições de instalação.	

REPRESENTANTE DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **HULDREICH KRETER, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 30/06/2020, às 17:31, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/07/2020, às 06:55, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26444780** e o código CRC **135D194D**.



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26444780



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I-B-02 - MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. A **TABELA 02.01** apresenta o modelo a ser utilizado na Planilha de Formação de Preços:

(modelo será inserido aqui)

TABELA 02.01 – Modelo de Planilha de Formação de Preços



Documento assinado eletronicamente por **HULDREICH KRETER, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 30/06/2020, às 17:31, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/07/2020, às 06:55, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26444919** e o código CRC **4BF37BD1**.



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26444919



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I-B-03 - LOCALIDADES DE INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A **TABELA 03.01** apresenta os locais que deverão ter internet disponibilizada após o contrato, independentemente da modalidade de execução a ser adotada:

DELEGACIA	FOCAL	TELEFONES	UNIDADE	DESIGNAÇÃO	LATITUDE	LONGITUDE	ENDEREÇO	CEP	MUNI
Sede Administrativa	Insp. Thiago Andrade SETIC-RS	(51) 3375-9710	Sede da SRPRF-RS	PRFRS-SR01			Av. dos Estados, 1.545, Bairro Anchieta	90200-001	Porto A
				PRFRS-SR02					
			Base de Operações Aéreas no RS	PRFRS-BOA			Av Sertório nº 1988, Bairro São João (hangar da PRF dentro do Aeroporto)	91020-000	Porto A
			Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)	PRFRS-PRS			Praça dos Açorianos, s/n	90010-340	Porto A
			Centro de Comando e Controle Regional da PRF (C3R)	PRFRS-C3R			Av. Voluntários da Pátria, 1358 - 2º Andar (SSP - CICCRR)	90030-010	Porto A
Porto Alegre	Insp. De Ávila Chefe da Delegacia		DEL.01 - Delegacia de Porto Alegre	PRFRS-D01.00			BR 290, Km 91,6	90250-000	Porto A
			DEL.01/UOP.01 - Porto Alegre						
			DEL.01/UOP.02 - São Leopoldo	PRFRS-D01.02			BR 116, Km 243,9	93125-340	São Lec
Eldorado do Sul	Insp. Paz Chefe da Delegacia		DEL.02 - Delegacia de Eldorado do Sul	PRFRS-D02.00			BR 290, Km 111	92990-000	Eldorad
			DEL.02/UOP.01 - Eldorado do Sul						
			DEL.02/UOP.02 - Camaquã	PRFRS-D02.02			BR 116, Km 391,7	96180-000	Camaqu
			DEL.02/UOP.03 - Pantano Grande	PRFRS-D02.03			BR 290, Km 212	96690-000	Pantano
Osório	Insp. Kobelinski Chefe da Delegacia		DEL.03 - Delegacia de Osório	PRFRS-D03.00			BR 101, Km 83	95520-000	Osório
			DEL.03/UOP.01 - Osório						
			DEL.03/UOP.02 - Santo Antônio da Patrulha	PRFRS-D03.02					Santo A da Patru
			DEL.03/UOP.03 - Torres	PRFRS-D03.03			BR 101, Km 0,2	95560-000	Torres
Lajeado	Insp. Paulo Reni Chefe da Delegacia		DEL.04 - Delegacia de Lajeado	PRFRS-D04.00			BR 386, Km 342	95900-000	Lajeado
			DEL.04/UOP.01 - Lajeado						
			DEL.04/UOP.02 - Montenegro	PRFRS-D04.02			BR 386, Km 423,9	95863-000	Monten
			DEL.04/UOP.03 - Tabai	PRFRS-D04.03			BR 386, Km 386	95863-000	Tabai
			DEL.04/UOP.04 - Soledade	PRFRS-D04.04			BR 386, Km 250,1	99300-000	Soledad
Caxias do Sul	Insp. Lucas Chefe da Delegacia		DEL.05 - Delegacia de Caxias do Sul	PRFRS-D05.00			BR-116, Km 147 - Bairro de Lazzer	95059-520	Caxias d
			DEL.05/UOP.01 - Caxias do Sul						
			DEL.05/UOP.02 - Nova Petrópolis	PRFRS-D05.02			BR 116, Km 184 Bairro Centro	95150-000	Nova Pe
			DEL.05/UOP.03 - Vacaria	PRFRS-D05.03			BR-116, Km 036	95200-000	Vacaria
Bento Gonçalves	Insp. Rômulo Chefe da Delegacia		DEL.06 - Delegacia de Bento Gonçalves	PRFRS-D06.00			BR 470, Km 217	95700-000	Bento Gonçalves
			DEL.06/UOP.02 - Bento Gonçalves						
			DEL.06/UOP.02 - Veranópolis	PRFRS-D06.02			BR 470, Km 171	95330-000	Veranóp
Pelotas	Insp. Fabiano Goia Chefe da Delegacia		DEL.07 - Delegacia de Pelotas	PRFRS-D07.00			Rua General Osório 410 - Centro	96070-560	Pelotas
			DEL.07/UOP.01 - Pelotas	PRFRS-D07.01			BR 116, Km 509,1	96020-000	Pelotas
			DEL.07/UOP.02 - Rio Grande	PRFRS-D07.02			BR 392, Km 47,9	96200-970	Rio Gra
			DEL.07/UOP.03 - Arroio Grande	PRFRS-D07.03			BR 116, Km 610,9	96330-000	Arroio C
			DEL.07/UOP.04 - Santa Vitória do Palmar	PRFRS-D07.04			BR 471, Km 631,2	96230-000	Santa V Palmar

Sarandi	Insp. Ziani Chefe da Delegacia	DEL.08 - Delegacia de Sarandi	PRFRS-D08.00			BR 386, Km 137	99560-000	Sarandi
		DEL.08/UOP.01 - Sarandi						
		DEL.08/UOP.02 - Seberi	PRFRS-D08.02			BR 386, Km 51	98380-000	Seberi
		DEL.08/UOP.03 - Passo Fundo	PRFRS-D08.03			BR 285, Km 293	99042-800	Passo F
		DEL.08/UOP.04 - Erechim	PRFRS-D08.04			BR 153, Km 38	99700-000	Erechir
		DEL.08/UOP.05 - Lagoa Vermelha	PRFRS-D08.05			BR 285, Km 196	95300-000	Lagoa Vermelha
Santa Maria	Insp. Macedo Chefe da Delegacia	DEL.09 - Delegacia de Santa Maria	PRFRS-D09.00			BR 158, Km 319	97070-000	Santa M
		DEL.09/UOP.01 - Santa Maria						
		DEL.09/UOP.02 - Caçapava do Sul	PRFRS-D09.02			BR 392, Km 258	96570-000	Caçapava Sul
Ijuí	Insp. Keske Chefe da Delegacia	DEL.10 - Delegacia de Ijuí	PRFRS-D10.00			BR 285, Km 462	97000-000	Ijuí
		DEL.10/UOP.01 - Ijuí						
		DEL.10/UOP.02 - Cruz Alta	PRFRS-D10.02			BR 158, Km 196	98040-030	Cruz Al
Santana do Livramento	Insp. Muniz Chefe da Delegacia	DEL.11 - Delegacia de Santana do Livramento	PRFRS-D11.00			Av. João Belchior Goulart, 615, Bairro Centro	97574-150	Santana Livramento
		DEL.11/UOP.01 - Santana do Livramento	PRFRS-D11.01			BR 158, Km 561	97571-280	Santana Livramento
		DEL.11/UOP.02 - Rosário do Sul	PRFRS-D11.02			BR 290, Km 480	97590-000	Rosário
		DEL.11/UOP.03 - Bagé	PRFRS-D11.03			BR 293, Km 173	96400-000	Bagé
São Borja	Insp. Viana Chefe da Delegacia	DEL.12 - Delegacia de São Borja	PRFRS-D12.00			BR 285, Km 671	97670-000	São Borja
		DEL.12/UOP.01 - São Borja						
		DEL.12/UOP.02 - Santiago	PRFRS-D12.02			BR 287, Km 393	97700-000	Santiago
Uruguai	Insp. Cardoso Chefe da Delegacia	DEL.13 - Delegacia de Uruguai	PRFRS-D13.00			BR 290, Km 713	97500-000	Uruguai
		DEL.13/UOP.01 - Uruguai						
		DEL.13/UOP.02 - Alegrete	PRFRS-D13.02			BR 290, Km 586	97541-970	Alegrete

TABELA 03.01 – Localidades para Disponibilizar Acesso à Internet



Documento assinado eletronicamente por **HULDRICH KRETER, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/07/2020, às 17:13, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/07/2020, às 17:14, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26444935** e o código CRC **3894A048**.



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26444935



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I-B-04 - QUANTITATIVO DOS ITENS POR UNIDADE

1. A **TABELA 04.01** apresenta os quantitativos de cada item objeto da contratação:

(modelo será inserido aqui)

TABELA 04.01 – Quantitativos por Item



Documento assinado eletronicamente por **HULDREICH KRETER, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 30/06/2020, às 17:31, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 01/07/2020, às 07:03, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26444954** e o código CRC **6A9656A5**.



Referência: Processo nº 08660.011622/2020-53



SEI nº 26444954